

Polícia mira 'sistema bancário do PCC' que lava dinheiro da Cracolândia

Mandados de busca em três Estados atingem banco, casas de câmbio e empresas que teriam lavado capitais para a facção; a defesa dos acusados não foi localizada

MARCELO GODOY

O dinheiro do tráfico de drogas da Cracolândia é lavado em uma rede de empresas que inclui um banco, casas de câmbio e um conglomerado de empresas no Brasil e no Uruguai que envolve até uma offshore ligada à Mossack Fonseca, o escritório de advocacia panamenho no centro de um dos maiores escândalos financeiros do século: o Panamá Papers. A descoberta está na 5.ª fase da Operação Downtown, deflagrada ontem pela Polícia Civil de São Paulo.

Trata-se de uma rede chamada pelo delegado Fernando José Santiago, do Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos (Denarc), de "sistema bancário do PCC". Ao todo, 31 mandados de busca e apreensão foram cumpridos - 26 em São Paulo, 4 no Paraná e 1 no Rio Grande do Sul. Além disso, 41 contas bancárias foram bloqueadas pela Justiça. Foram apreendidos dólares, euros, libras e dois carros de luxo. A Justiça decretou o bloqueio de até R\$ 150 milhões dos acusados.

"Estamos subindo degrau por degrau a escada da organização criminosa", afirmou o diretor do Denarc, Ronaldo Sayeg. É um desdobramento da operação que mira a rede de hotéis e hospedarias montada pelo PCC no centro, além de ferros-velhos e empresas de reciclagem. Os imóveis comprados pela facção serviam de apoio logístico.

Com a ajuda de relatórios de inteligência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), os investigadores montaram o caminho do dinheiro desde a Cracolândia até a rede de doleiros e offshores que atuam no Brasil, nas Ilhas Virgens Britânicas e no Uruguai. Os policiais conseguiram detectar que "boa parte dos investigados está interligada por transferências bancárias realizadas em suas contas correntes". A começar por Marcelo Carames, acusado de ser um dos principais homens do PCC na região. Ele administra o Hotel Tupi, que foi interditado e sequestrado pela Justiça.

BANCO CENTRAL. Por meio de



Ação de ontem foi desdobramento da operação feita na Cracolândia

Carames, a polícia chegou aos negócios de Sheila Costa, apontada pelo Denarc como dona de uma rede de hospedarias no centro, como a Nosso Lar, alvo da 4.ª fase da Downtown. Carames manteria ainda relação com Ricardo Galian, o Jean Gordo, um dos acusados de participar do furto de três toneladas de notas de R\$ 50 no Banco Central de Fortaleza, em 2005, quando R\$ 164 milhões foram levados. Carames fazia depósitos para Galian pelas empresas Hortifruti Galian e Spina & Spina, que, por sua vez, enviavam recursos à empresa Vemax.

Já Sheila se relacionava com Daniela Romano e Andressa Borges, ambas acusadas de tráfico. Elas se relacionavam com a Vemax. "Sendo que boa parte desses valores foi depositada em agência na área da Cracolândia por meio de cédulas de pequeno valor (R\$ 2, R\$ 5, R\$ 10 e R\$ 20) com mau estado de conservação (velhas e amassadas)", logo, cédulas com as mesmas características das utilizadas por dependentes químicos", diz a polícia. A Vemax foi aberta em nome de duas pessoas que não sabiam de sua existência - uma delas moradora de rua.

Essa empresa foi usada para fazer pagamentos para um grupo de empresas, entre as quais a Via Neman ou Banco Bidu, registrado em nome de Caio Neman, um banqueiro que era amigo do piloto de helicóptero Felipe Morais, o homem que transportou os líderes do PCC Rogério Jeremias de Simone, o Gegê do Mangue, e Fabiano Alves de Souza, o Paca, para uma

"Estamos subindo degrau por degrau a escada da organização criminosa. Chegamos agora à lavagem do dinheiro da Cracolândia"

Ronaldo Sayeg
Diretor do Denarc

armadilha onde ambos foram executados no Ceará, em 2018.

NO CAMINHO. Segundo a apuração do Denarc, tanto as contas de empresas de Caio Neman quanto as de seu pai, o banqueiro Dalton Baptista Neman, foram usadas para a lavagem de valores de origem criminosa, "o que sugere que o esquema de lavagem de capitais dos Neman também favorecia traficantes que atuam na Cracolândia". Estas se relacionavam com outras empresas dessa rede, a Suprema Gestão e o Guardiões Câmbio. Os Ne-



Douglas Baptista Neman ao ser preso pelo DEIC por estelionato

man sempre negaram as acusações de envolvimento com a lavagem de capitais.

Os policiais seguiram as empresas que mais interagiam com a Vemax e com os Neman. Foi assim que surgiram as firmas ligadas a Danilo Pechin, um empresário com negócios no Tatuapé, na zona leste da capital paulista, acusado de ser o mandante da morte de um advogado em companhia do doleiro Wilson Decaria Junior, o Tio.

Neman e os Decaria já foram investigados nas Operações Tempestade - de 2021, que tratou da lavagem de valores da cúpula do PCC e de recursos para o combate à covid-19 - e Laços de Família - de 2016, que apurou o envolvimento do ex-presidente do Paraguai Horácio Cartes com o contrabando de cigarros para o Brasil.

Ainda segundo a investigação, os nomes de Dalton e Caio Neman "aparecem ligados a uma offshore estabelecida nas Ilhas Virgens Britânicas, cujo nome é Farlow Development S.A.". "A empresa teria sido agenciada pelo famigerado escritório Mossack Fonseca", escreveu o delegado Santiago. Ao todo, 13 empresas interagiam entre elas para a dissimulação de capitais. Em meio a elas há empresas de fachada ligadas à família Khaled Mustafa, responsável pelo recebimento de recursos em São Paulo e em Chui, no Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai.

Para chegar ao esquema na fronteira, os policiais seguiram os depósitos feitos pela empresa Guardiões do Câmbio, de propriedade de

Valdecy Soares Coelho, apontado como laranja do esquema. Esta se relacionaria com a Suprema Gestão e a Vemax, que também se relacionava com a VVM, empresa de Aiman Khaled Mustafa. A VVM seria uma empresa fantasma que foi beneficiada por 32 operações feitas pela Guardiões do Câmbio que totalizaram R\$ 2,3 milhões. A Suprema Gestão, também ligada a Valdecy Coelho, enviou mais R\$ 3,2 milhões à VVM.

Os policiais ainda detectaram movimentações de R\$ 130 milhões feitas pela empresa Valzer, de Danilo Pechin, em um espaço de dez dias. A suspeita dos policiais é de que a Valzer tenha sido usada como conta de passagem em outro período, quando passaram por ela outros R\$ 90 milhões, dos quais R\$ 5 milhões teriam origem nas empresas que movimentaram dinheiro da Cracolândia.

Nas mãos da Justiça
41 contas e R\$ 150 milhões dos acusados foram bloqueados; apreensão inclui carros de luxo

Outra empresa que teria se beneficiado da rede ligada à região central, a ALL Center, movimentou R\$ 30 milhões. A quantidade é a mesma de outra empresa investigada, a TWS, que está registrada em um endereço inexistente em Osasco, na Grande São Paulo. Seu titular, Ricardo Fernandes, já foi preso por tráfico, quando portava, segundo o Denarc, oito pedras de crack, "o que indica que ele exercia a mera função de 'vapor' no narcotráfico". "Suas características não são compatíveis com uma empresa que movimentou R\$ 30 milhões em três meses".

SEM CONTATO. O Estadão não conseguiu localizar a defesa dos Neman e de suas empresas nem as defesas de Galian, Carames, Decaria, Fernandes, Coelho, Mustafa, Daniela, Andressa e Sheila e das empresas citadas. Durante a Operação Tempestade, os Neman alegaram inocência, bem como Decaria, das acusações de lavagem de capitais para o PCC. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole Caderno: A Pagina: 20